

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.920 - SP (2019/0324796-2)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : BOA VISTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE DE ASSIS LTDA
RECORRENTE : EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS DAMHA - ASSIS I - SPE LTDA
ADVOGADO : MARCOS AFONSO DA SILVEIRA - SP159145
RECORRIDO : SILVANA SILVA RODRIGUES
AGRAVANTE : SILVANA SILVA RODRIGUES
ADVOGADO : ALESSANDRO AMBROSIO ORLANDI - SP152121
AGRAVADO : BOA VISTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE DE ASSIS LTDA
AGRAVADO : EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS DAMHA - ASSIS I - SPE LTDA
ADVOGADO : MARCOS AFONSO DA SILVEIRA - SP159145

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por SILVANA SILVA RODRIGUES contra decisão que admitiu o recurso especial interpostos pela parte adversa, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO.

2. De acordo com o art. 1.042 do Código de Processo Civil, *cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.*

Como está claro na redação do referido dispositivo, o agravo em recurso especial somente é possível em face de decisão de juízo negativo de admissibilidade.

No caso, entretanto, a parte se insurge em face de juízo positivo de admissibilidade do recurso especial da parte contrária, sendo, portanto, manifestamente não cabível.

3. Ante o exposto, não conheço do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator